

Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 1

RESOLUÇÃO Nº 100/2025-CI-CCE

CERTIDÃO

Certifico que a presente resolução foi publicada no site http://www.cce.uem.br/, no dia 07/11/2025

Aprova as alterações no Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais - PROFCIAMB.

Marta Satiko Kira Peron, Secretária do CCE.

Considerando o contido no Processo nº 1858/2016;

Considerando a Resolução nº 008/2025-CEP;

Considerando a Resolução no. 053/2025-PROFCIAMB/UEM;

considerando o disposto no Inciso V do Art. 48 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá;

O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS APROVOU E EU, DIRETOR, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Aprova as alterações no Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais - PROFCIAMB, conforme ANEXO, parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Maringá, 03 de outubro de 2025.

Diogo Francisco Rossoni

Diretor

ADVERTÊNCIA:

O prazo recursal termina em 14/11/2025. (Art. 95 - \S 1 $^{\circ}$ do Regimento Geral da UEM)

Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 2

ANEXO

Resolução nº 100/2025-CI/CCE

REGULAMENTO ATUAL RESOLUÇÃO 033/2023 - CI/CCE	ALTERAÇÕES
REGULAMENTO DO	REGULAMENTO DO
PROGRAMA DE PÓS-	PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM REDE	GRADUAÇÃO EM REDE
NACIONAL PARA ENSINO	NACIONAL PARA ENSINO
DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS	DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
(90000005) MULTIDISCIPLINAR	CIÊNCIAS E HUMANIDADES PARA
	EDUCAÇÃO BÁSICA (51)
SUBÁREA (90500008) CIÊNCIAS	SUBÁREA PROGRAMAS
AMBIENTAIS	PROFISSIONAIS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
38	BÁSICA (Prof/ProEB)
CAPÍTULO I	CAPÍTULOI
DAS FINALIDADES E LINHA DE ATUAÇÃO	DAS FINALIDADES E LINHA DE ATUAÇÃO



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

F1s. 3

Artigo 1º - O Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) é um curso que conta com a participação de Instituições de Ensino Superior (IES) do País, sendo coordenado pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

Artigo 1º - O Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) é um curso que conta com a participação de Instituições de Ensino Superior (IES) do País, sendo coordenado pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

Este programa tem como objetivo geral:

Este programa tem como objetivo geral:

Possibilitar a formação continuada em nível de mestrado profissional de professores da educação básica, bem como profissionais que atuem em espaços não formais (museus, jardins botânicos, centros de ciências e tecnologia, unidades de conservação) e/ou não escolares, e aqueles envolvidos com divulgação e comunicação das eiências.

Possibilitar a formação continuada em nível de mestrado profissional de professores da Educação Básica, em exercício, com atuação em sala de aula.

Os objetivos específicos são:

I. Qualificar os mestrandos para contribuir no desenvolvimento de múltiplas competências e para contribuir no aprimoramento de práticas pedagógicas utilizando-se do contexto ambiental; Os objetivos específicos são:

I. Qualificar os mestrandos para contribuir no desenvolvimento de múltiplas competências e para contribuir no aprimoramento de práticas pedagógicas utilizando-se do contexto ambiental;

H. Contribuir com professores da educação básica, bem como de profissionais que atuem em espaços não-formais (museus, jardins botânicos, centros de ciências) e/ou não-escolares, e aqueles envolvidos com divulgação e comunicação das ciências, favorecendo maior proximidade com material didático inovador que contemple os sistemas naturais e as relações sociais com estes sistemas, de forma a alcançar abordagem educacional que contribua na formação de cidadão sensibilizado da sua função no contexto socioambiental:

II. Contribuir para professores da educação básica em exercício, com atuação em sala de aula, favorecendo maior proximidade com material didático inovador que contemple os sistemas naturais e as relações sociais com estes sistemas, de forma a alcançar abordagem educacional que contribua para a formação de cidadão sensibilizado da sua função no contexto socioambiental;



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 4

III. Realizar pesquisas na área das Ciências Ambientais, no espaço da escola de ensino básico, sob perspectiva inter e multidisciplinar, contribuindo para que se fortaleça a produção, a difusão e a aplicação de conhecimentos didáticometodológicos associados às questões socioambientais da atualidade nos contextos escolares, na possibilidade de ajudar na promoção de aprendizagens significativas para todo o processo pedagógico implementado na educação básica;

III. Realizar pesquisas na área das Ciências Ambientais, no espaço da escola de ensino básico, sob perspectiva inter e multidisciplinar, contribuindo para que se fortaleça a produção, a difusão e a aplicação de conhecimentos didáticometodológicos associados às questões socioambientais da atualidade nos contextos escolares, na possibilidade de ajudar na promoção de aprendizagens significativas para todo o processo pedagógico implementado na educação básica;

IV. Constituir a partir dos projetos de pesquisa, bem como dos trabalhos finais resultantes do curso, uma base de dados que possa servir de observatório de ciências ambientais e educação, possibilitando a difusão de boas práticas quanto à temática.

IV. Constituir a partir dos projetos de pesquisa, bem como dos trabalhos finais resultantes do curso, uma base de dados que possa servir de observatório de ciências ambientais e educação, possibilitando a difusão de boas práticas quanto à temática.

Artigo 2º - São consideradas Linhas de Pesquisa do Mestrado Profissional do PROFCIAMB:

Artigo 2º - São consideradas Linhas de Pesquisa do Mestrado Profissional do PROFCIAMB:



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 5

I. Ambiente e Sociedade

Essa linha de atuação investiga os processos de ensino e de aprendizagem em ciências ambientais, relacionando as práticas formativas e suas conexões com a questão do desenvolvimento e seus impactos no ambiente e na sociedade, de forma a contribuir para a melhoria da identificação de fatores determinantes da degradação ambiental, associada com a perda da qualidade ambiental e de vida. As pesquisas voltadas a esta temática devem estar associadas com a práxis pedagógica, culminando em reflexões e ações sobre a temática, bem como em melhoria e inovação no processo de ensino-aprendizagem. Contempla pesquisas sobre padrões de consumo e produção, e sua influência na qualidade ambiental e nas relações sociais, caracterização de seus impactos, gestão de conflitos socioambientais e participação social, bem como a institucionalização de uma cultura de sustentabilidade. Os projetos inseridos na Linha de Atuação Ambiente e Sociedade irão, de forma geral:

i. Investigar como o ensino do tema gestão de recursos naturais nos aspectos das políticas ambientais, participação em conselhos de meio ambiente e desenvolvimento, e diversos outros instrumentos e suas interfaces com a questão dos padrões de consumo e de produção da sociedade, estão sendo inseridos e operacionalizados no ensino básico, sejam em atividades dentro da sala de aula, nos laboratórios ou em atividades de campo.

I. Ambiente e Sociedade

Essa linha de atuação investiga os processos de ensino e de aprendizagem em ciências ambientais, relacionando as práticas formativas e suas conexões com a questão do desenvolvimento e seus impactos no ambiente e na sociedade, de forma a contribuir para a melhoria da identificação de fatores determinantes da degradação ambiental, associada com a perda da qualidade ambiental e de vida. As pesquisas voltadas a esta temática devem estar associadas com a práxis pedagógica, culminando em reflexões e ações sobre a temática, bem como em melhoria e inovação no processo de ensino-aprendizagem. Contempla pesquisas sobre padrões de consumo e produção, e sua influência na qualidade ambiental e nas relações sociais, caracterização de seus impactos, gestão de conflitos socioambientais e participação social, bem como a institucionalização de uma cultura de sustentabilidade. Os projetos inseridos na Linha de Atuação Ambiente e Sociedade irão, de forma geral:

1. Investigar como o ensino do tema gestão de recursos naturais nos aspectos das políticas ambientais, participação em conselhos de meio ambiente e desenvolvimento, e diversos outros instrumentos e suas interfaces com a questão dos padrões de consumo e de produção da sociedade, estão sendo inseridos e operacionalizados no ensino básico, sejam em atividades dentro da sala de aula, nos laboratórios ou em atividades de campo.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 6

ii. Investigar e desenvolver ferramentas, procedimentos e guias para fomentar e ampliar a inserção do tema dessa Linha de Atuação. Os diversos projetos incluem melhorias e inovações em atividades e experiências para uso em sala de aula, bem como aprimoramento e desenvolvimento de atividades de campo que fortaleçam o ensino das ciências ambientais.

ii. Investigar e desenvolver ferramentas, procedimentos e guias para fomentar e ampliar a inserção do tema dessa Linha de Atuação. Os diversos projetos incluem melhorias e inovações em atividades e experiências para uso em sala de aula, bem como aprimoramento e desenvolvimento de atividades de campo que fortaleçam o ensino das ciências ambientais.

II. Recursos Naturais e Tecnologia

Essa linha de atuação investiga os processos de ensino e de aprendizagem em ciências ambientais, relacionando as práticas formativas e suas conexões com a caracterização formativas e suas conexões com a caracterização e compreensão do meio ambiente e os usos múltiplos dos recursos naturais, voltados à reflexão sobre as relações de apropriação dos bens naturais e as possibilidades de construção de sociedades sustentáveis. As pesquisas relacionadas a esta temática devem ter associação com a práxis pedagógica, culminando em melhoria e inovação no processo de ensinoaprendizagem, levando à reflexão-ação. Contempla pesquisas sobre os sistemas e tecnologias ambientais e os processos associados, abordando temas como água, solo, ar, clima, energia, geobiodiversidade, usos múltiplos de recursos naturais, construções sustentáveis, entre outros. Os projetos inseridos na Linha de Atuação Recursos Naturais e Tecnologia irão, de forma geral:

i. Investigar como o ensino sobre os recursos naturais, seus impactos e formas de mitigação estão sendo inseridos e operacionalizados no ensino básico, sejam em atividades dentro da sala de aula, nos laboratórios ou em atividades de campo.

II. Recursos Naturais e Tecnologia

Essa linha de atuação investiga os processos de ensino e de aprendizagem em ciências ambientais, relacionando as práticas e compreensão do meio ambiente e os usos múltiplos dos recursos naturais, voltados à reflexão sobre as relações de apropriação dos bens naturais e as possibilidades de construção de sociedades sustentáveis. As pesquisas relacionadas a esta temática devem ter associação com a práxis pedagógica, culminando em melhoria e inovação no processo de ensinoaprendizagem, levando à reflexão-ação. Contempla pesquisas sobre os sistemas e tecnologias ambientais e os processos associados, abordando temas como água, solo, ar, clima, energia, geobiodiversidade, usos múltiplos de recursos naturais, construções sustentáveis, entre outros. Os projetos inseridos na Linha de Atuação Recursos Naturais e Tecnologia irão, de forma geral:

i. Investigar como o ensino sobre os recursos naturais, seus impactos e formas de mitigação estão sendo inseridos e operacionalizados no ensino básico, sejam em atividades dentro da sala de aula, nos laboratórios ou em atividades de campo.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

F1s. 7

ii. Investigar e desenvolver ferramentas,		
procedimentos e guias para fomentar e ampliar a		
inserção do tema dessa Linha de Atuação. Assim,		
os diversos projetos incluem melhorias e		
inovações em atividades e experiências para		
ambientes de laboratórios, material para uso em		

ii. Investigar e desenvolver ferramentas, procedimentos e guias para fomentar e ampliar a inserção do tema dessa Linha de Atuação. Assim, os diversos projetos incluem melhorias e inovações em atividades e experiências para ambientes de laboratórios, material para uso em

sala de aula, bem como aprimoramento e	sala de aula, bem como aprimoramento e
desenvolvimento de atividades de campo que	desenvolvimento de atividades de campo que
fortaleçam o ensino das ciências ambientais.	fortaleçam o ensino das ciências ambientais.
Parágrafo único - O estudante de	Parágrafo único - O estudante de
mestrado profissional que cumprir todas as	mestrado profissional que cumprir todas as
exigências do curso de Pós-Graduação receberá	exigências do curso de Pós-Graduação receberá
o Título de "Mestre em Ensino das Ciências	o Titulo de "Mestre em Ensino das Ciências
Ambientais". Programa: Pós-Graduação em	Ambientais". Programa: Pós-Graduação em
Rede Nacional para Ensino das Ciências	Rede Nacional para Ensino das Ciências
Ambientais - PROFCIAMB.	Ambientais - PROFCIAMB.
以びが	2 112
CAPÍTULO II	CAPÍTULO II
CALLOLOII	CALIFOLDII
DA ESTRUTURA	DA ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL	ORGANIZACIONAL
EV.	1 22
Artigo 3º - O PROFCIAMB é promovido	Artigo 3º - O PROFCIAMB é promovido
por uma associação em rede de Instituições de	por uma associação em rede de Instituições de
Ensino Superior de todas as regiões do país.	Ensino Superior de todas as regiões do país.
Control (
§ 1º - As instituições que constituem a	§ 1º - As instituições que constituem a
referida Rede são:	referida Rede são:
CAND C	100
(Região Sul)	(Região Sul)
Universidade Federal do Paraná	Universidade Federal do Paraná
Universidade Estadual de Maringá	Universidade Estadual de Maringá
	4.
(Região Sudeste)	(Região Sudeste)
Universidade de São Paulo	Universidade de São Paulo
(B. 17 C. 1 C. 1)	(P. 17 C. 1 C. 1)
(Região Centro-Oeste)	(Região Centro-Oeste)
Universidade de Brasília	Universidade de Brasília
Offiversidade de Diasilia	Omversidade de Diasma



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

(Região Nordeste)

Fls. 8

(Região Nordeste)

Universidade Federal de Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal de Sergipe	Universidade Federal de Sergipe
Universidade Estadual de Feira de Santana	Universidade Estadual de Feira de Santana
(Região-Norte)	(Região-Norte)
Universidade Federal do Amazonas	Universidade Federal do Amazonas
Universidade Federal do Pará	Universidade Federal do Pará
§ 2º - Poderão participar da Rede, como	§ 2º - Poderão participar da Rede, como
associadas, outras Instituições Públicas de	associadas, outras Instituições Públicas de
Ensino Superior do Brasil, após aprovação pelo	Ensino Superior do Brasil, após aprovação pelo
Colegiado Gestor do PROFCIAMB.	Colegiado Gestor do PROFCIAMB.
W/////F.:-	
§ 3° - O PROFCIAMB é composto pelos	§ 3° - O PROFCIAMB é composto pelos
cursos de pós-graduação de cada instituição	cursos de pós-graduação de cada instituição
parceira. Cada uma das Instituições associadas	parceira. Cada uma das Instituições associadas
terá assim as mesmas competências e	terá assim as mesmas competências e
responsabilidades, cabendo no âmbito de cada	responsabilidades, cabendo no âmbito de cada
Instituição de Ensino Superior (IES):	Instituição de Ensino Superior (IES):
, 36 1	,
I. Realizar processos seletivos;	I. Realizar processos seletivos;
\$\$\frac{1}{2}\$	202
II. Matricular os alunos aprovados;	II. Matricular os alunos aprovados;
III. Programar, realizar e avaliar processos	III. Programar, realizar e avaliar processos
didático-pedagógicos;	didático-pedagógicos;
didatico-pedagogicos,	didatico-pedagogicos,
IV. Titular e emitir diplomas.	IV. Titular e emitir diplomas.
Artigo 4° - A sede administrativa do curso	-1 7-2 / 11175
Arugo 4° - A sede administrativa do curso	Autiga 40 A rada administrativa da ayuga
	Artigo 4º - A sede administrativa do curso
de pós-graduação localizar-se-á na Instituição	de pós-graduação localizar-se-á na Instituição
de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-	de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-
de pós-graduação localizar-se-á na Instituição	de pós-graduação localizar-se-á na Instituição
de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica.	de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica.
de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5° - A Coordenação Gestora	de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5º - A Coordenação Gestora
de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5º - A Coordenação Gestora Didático-pedagógica do curso de pós-graduação	de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5º - A Coordenação Gestora Didático-pedagógica do curso de pós-graduação
de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5° - A Coordenação Gestora Didático-pedagógica do curso de pós-graduação em rede será exercida pelo Colegiado Gestor do	de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5° - A Coordenação Gestora Didático-pedagógica do curso de pós-graduação em rede será exercida pelo Colegiado Gestor do
de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5º - A Coordenação Gestora Didático-pedagógica do curso de pós-graduação em rede será exercida pelo Colegiado Gestor do PROFCIAMB (da rede), presidida pelo seu	de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5º - A Coordenação Gestora Didático-pedagógica do curso de pós-graduação em rede será exercida pelo Colegiado Gestor do PROFCIAMB (da rede), presidida pelo seu
de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5° - A Coordenação Gestora Didático-pedagógica do curso de pós-graduação em rede será exercida pelo Colegiado Gestor do	de pós-graduação localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Gestora Didático-pedagógica. Artigo 5° - A Coordenação Gestora Didático-pedagógica do curso de pós-graduação em rede será exercida pelo Colegiado Gestor do



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 9

§ 1º - A Coordenação didático-pedagógica do curso de pós-graduação, no âmbito de cada Instituição associada, será exercida por um Conselho Acadêmico (CA) do PROFCIAMB, presidida pelo seu Coordenador com funções executivas.	§ 1º - A Coordenação didático-pedagógica do curso de pós-graduação, no âmbito de cada Instituição associada, será exercida por um Conselho Acadêmico (CA) do PROFCIAMB, presidida pelo seu Coordenador com funções executivas.
Artigo 6° - O Colegiado Gestor da rede do PROFCIAMB será formado por:	Artigo 6° - O Colegiado Gestor da rede do PROFCIAMB será formado por:
I. Coordenador Gestor e Vice-Coordenador Gestor;	1. Coordenador Gestor e Vice-Coordenador Gestor;
II. Dois representantes titulares do corpo discente e seus suplentes;	II. Dois representantes titulares do corpo discente e seus suplentes;
III. Coordenadores do CA do PROFCIAMB de cada Instituição;	III. Coordenadores do CA do PROFCIAMB de cada Instituição;
	NG.
IV. Será convidado para compor o Colegiado um representante da Área de Ciências Ambientais - CACiAmb - CAPES.	IV. Será convidado para compor o Colegiado um representante da Área de Ciências Ambientais - CACiAmb - CAPES.
§ 1º - O Coordenador Gestor e o Vice- Coordenador Gestor serão eleitos pelos coordenadores dos CAs do PROFCIAMB de cada Instituição integrante da Rede, desde que sejam professores permanentes.	§ 1º - O Coordenador Gestor e o Vice- Coordenador Gestor serão eleitos pelos coordenadores dos CAs do PROFCIAMB de cada Instituição integrante da Rede, desde que sejam professores permanentes.
§ 2º - O Coordenador Gestor e o Vice- Coordenador Gestor têm mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.	§ 2º - O Coordenador Gestor e o Vice- Coordenador Gestor têm mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.
§ 3º - O Coordenador Gestor da rede deverá acumular a função de Coordenador local na sua Instituição;	§ 3º - O Coordenador Gestor da rede deverá acumular a função de Coordenador local na sua Instituição;



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

§ 4º - Nas faltas e impedimentos do Coordenador Gestor, a presidência será exercida pelo Vice-Coordenador Gestor e, na falta deste, pelo membro docente mais antigo do Colegiado Gestor da Rede PROFCIAMB.	§ 4º - Nas faltas e impedimentos do Coordenador Gestor, a presidência será exercida pelo Vice-Coordenador Gestor e, na falta deste, pelo membro docente mais antigo do Colegiado Gestor da Rede PROFCIAMB.
§ 5º - O Colegiado Gestor poderá criar câmaras executivas para tratar de assuntos específicos, tais como eventos da Rede, processo de avaliação da Rede, entre outros.	§ 5° - O Colegiado Gestor poderá criar câmaras executivas para tratar de assuntos específicos, tais como eventos da Rede, processo de avaliação da Rede, entre outros.
Artigo 7º - Os representantes do corpo discente do Colegiado Gestor da rede do PROFCIAMB e seus suplentes serão eleitos pelos representantes discentes em cada CA de cada Instituição associada da Rede.	Artigo 7º - Os representantes do corpo discente do Colegiado Gestor da rede do PROFCIAMB e seus suplentes serão eleitos pelos representantes discentes em cada CA de cada Instituição associada da Rede.
§1º - São elegíveis para representação titular, os discentes representantes em cada unidade integrante da Rede do PROFCIAMB;	§1º - São elegíveis para representação titular, os discentes representantes em cada unidade integrante da Rede do PROFCIAMB;
§ 2º - O mandato dos representantes do corpo discente é de 1 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.	§ 2º - O mandato dos representantes do corpo discente é de 1 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.
Artigo 8° - São atribuições do Colegiado Gestor da Rede:	Artigo 8º - São atribuições do Colegiado Gestor da Rede:
I. Promover a supervisão didática;	I. Promover a supervisão didática;
II. Propor e aprovar mudanças para o regimento da rede do PROFCIAMB;	II. Propor e aprovar mudanças para o regimento da rede do PROFCIAMB;
III. Propor e aprovar plano anual de trabalho;	III. Propor e aprovar plano anual de trabalho;
IV. Avaliar anualmente o desempenho dos Programas associados à Rede;	IV. Avaliar anualmente o desempenho dos Programas associados à Rede;
V. Revisar, periodicamente, a relevância e estrutura didático-pedagógica do PROFCIAMB.	V. Revisar, periodicamente, a relevância e estrutura didático-pedagógica do PROFCIAMB.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Artigo 9º - São atribuições do Coordenador Gestor da rede do PROFCIAMB:	Artigo 9º - São atribuições do Coordenador Gestor da rede do PROFCIAMB:
I. Representar a Integração da Rede em todas as instâncias que se fizerem necessárias;	I. Representar a Integração da Rede em todas as instâncias que se fizerem necessárias;
II. Coordenar as atividades acadêmicas e administrativas do PROFCIAMB;	II. Coordenar as atividades acadêmicas e administrativas do PROFCIAMB;
III. Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;	III. Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;
IV. Elaborar, ao final de cada ano letivo, o relatório das atividades da Coordenação Gestora da Rede e enviá-lo às Coordenações de cada IES integrante da Rede.	IV. Elaborar, ao final de cada ano letivo, o relatório das atividades da Coordenação Gestora da Rede e enviá-lo às Coordenações de cada IES integrante da Rede.
Artigo 10° - É atribuição do Vice- coordenador Gestor auxiliar o Coordenador Gestor na administração do Colegiado Gestor da Rede do PROFCIAMB e substituí-lo em caso de ausência.	Artigo 10° - É atribuição do Vice- coordenador Gestor auxiliar o Coordenador Gestor na administração do Colegiado Gestor da Rede do PROFCIAMB e substituí-lo em caso de ausência.
Artigo 11º - O CA do PROFCIAMB em cada Instituição participante da Rede será integrada:	Artigo 11º - O CA do PROFCIAMB em cada Instituição participante da Rede será integrada:
I. Pelo Coordenador e Coordenador Adjunto do Curso de Pós-graduação, eleitos para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;	I. Pelo Coordenador e Coordenador Adjunto do Curso de Pós-graduação, eleitos para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
EECT.	IM COL
II. Por representante titular do corpo discente e seu suplente, eleitos para o mandato de um ano, permitida uma recondução;	II. Por representante titular do corpo discente e seu suplente, eleitos para o mandato de um ano, permitida uma recondução;
III. Por representantes titulares de docentes do curso e seus suplentes, eleitos para o mandato de dois anos, sendo permitidas as reconduções.	III. Por representantes titulares de docentes do curso e seus suplentes, eleitos para o mandato de dois anos, sendo permitidas as reconduções.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

F1s. 12

Artigo 12 - O Coordenador e o	Artigo 12 - O Coordenador e o
Coordenador Adjunto serão eleitos conforme os	Coordenador Adjunto serão eleitos conforme os
regimentos de sua IES, desde que sejam	regimentos de sua IES, desde que sejam
orientadores permanentes/plenos do	orientadores permanentes/plenos do
PROFCIAMB da instituição.	PROFCIAMB da instituição.
§ 1º O coordenador e o coordenador	§ 1º O coordenador e o coordenador
adjunto serão escolhidos dentre os membros do	adjunto serão escolhidos dentre os membros do
corpo docente efetivo da instituição e permanente	corpo docente efetivo da instituição e permanente
do PROFCIAMB e eleitos pelos professores do	do PROFCIAMB e eleitos pelos professores do
Programa e representantes discentes.	Programa e representantes discentes.
§ 2º - O Coordenador e o Coordenador	§ 2º - O Coordenador e o Coordenador
Adjunto terão mandato de 2 (dois) anos, podendo	Adjunto terão mandato de 2 (dois) anos, podendo
ser reconduzidos pelo mesmo período.	ser reconduzidos pelo mesmo período.
§ 3° - O Coordenador Adjunto substitui o Coordenador em suas faltas ou impedimentos;	§ 3° - O Coordenador Adjunto substitui o Coordenador em suas faltas ou impedimentos;
§ 4° - Nas faltas e impedimentos do	§ 4º - Nas faltas e impedimentos do
Coordenador e Coordenador Adjunto, assume a	Coordenador e Coordenador Adjunto, assume a
coordenação o membro do CA mais antigo na	coordenação o membro do CA mais antigo na
docência na UEM e no caso de impossibilidade	docência na UEM e no caso de impossibilidade
desse, segue linha a sucessória pelo critério de	desse, segue linha a sucessória pelo critério de
antiguidade;	antiguidade;
§ 5° - No caso da vacância simultânea dos cargos de coordenador e coordenador adjunto, assume a coordenação o docente indicado conforme o § 4° deste artigo para, no prazo de 30 dias, convocar eleição para provimento dos cargos vacantes com um novo mandato;	§ 5° - No caso da vacância simultânea dos cargos de coordenador e coordenador adjunto, assume a coordenação o docente indicado conforme o § 4° deste artigo para, no prazo de 30 dias, convocar eleição para provimento dos cargos vacantes com um novo mandato;
§ 6° - No caso da vacância do cargo de coordenador adjunto, serão seguidas as normativas da instituição.	§ 6° - No caso da vacância do cargo de coordenador adjunto, serão seguidas as normativas da instituição.
Artigo 13 - A inscrição dos candidatos à coordenação deve ser por chapa, formada por	Artigo 13 - A inscrição dos candidatos à coordenação deve ser por chapa, formada por

coordenador e coordenador adjunto e deve ser coordenador e coordenador adjunto e deve ser

realizada via e-Protocolo.

realizada via e-Protocolo.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Parágrafo único. É vedada a inscrição de	Parágrafo único. É vedada a inscrição de
candidatos em mais de uma chapa.	candidatos em mais de uma chapa.
Artigo 14 - Os recursos contra as decisões	Artigo 14 - Os recursos contra as decisões
da eleição podem ser interpostos no Programa,	da eleição podem ser interpostos no Programa,
durante o dia útil imediatamente posterior ao da	durante o dia útil imediatamente posterior ao da
.	=
apuração, devendo o CA do Programa emitir	apuração, devendo o CA do Programa emitir
decisão, até, 72 horas após o encerramento do	decisão, até, 72 horas após o encerramento do
prazo para interposição de recurso.	prazo para interposição de recurso.
Artigo 15 - O coordenador encaminha ao	Artigo 15 - O coordenador encaminha ao
reitor o resultado da eleição, devendo ser mantida	reitor o resultado da eleição, devendo ser mantida
em arquivo a ata da eleição do Programa.	em arquivo a ata da eleição do Programa.
Artigo 16 - A eleição de coordenador,	Artigo 16 - A eleição de coordenador,
coordenador adjunto e dos membros do CA deve	
ser realizada de maneira presencial ou virtual,	ser realizada de maneira presencial ou virtual,
seguindo as normas da Instituição.	seguindo as normas da Instituição.
Artigo 17 - A eleição dos membros do CA	Artigo 17 - A eleição dos membros do CA
deve ser convocada pelo coordenador do	deve ser convocada pelo coordenador do
Programa e realizada até 30 dias antes do término	Programa e realizada até 30 dias antes do término
do mandato de seus membros em exercício.	do mandato de seus membros em exercício.
0.10.0 () 1/2	0.10.0.04
§ 1º O CA será composto por, pelo menos,	§ 1º O CA será composto por, pelo menos,
dois docentes do quadro efetivo da instituição e	dois docentes do quadro efetivo da instituição e
permanente do PROFCIAMB, podendo os	permanente do PROFCIAMB, podendo os
demais, pertencer ao quadro colaborador da	demais, pertencer ao quadro colaborador da
instituição e do Programa e os mesmos serão	instituição e do Programa e os mesmos serão
eleitos pelo corpo docente do Programa.	eleitos pelo corpo docente do Programa.
§ 2º Os representantes discentes e seus	§ 2º Os representantes discentes e seus
suplentes são escolhidos e eleitos pelos alunos	suplentes são escolhidos e eleitos pelos alunos
regularmente matriculados.	regularmente matriculados.
regularmente matriculados.	regularmente matriculados.
Artigo 18 - São atribuições do	Artigo 18 - São atribuições do
Coordenador do PROFCIAMB - UEM:	Coordenador do PROFCIAMB - UEM:
I. Representar a IES no Colegiado Gestor	I. Representar a IES no Colegiado Gestor
da Rede em todas as instâncias que se fizerem	da Rede em todas as instâncias que se fizerem
necessárias;	necessárias;



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

II. Coordenar as atividades acadêmicas e administrativas;	II. Coordenar as atividades acadêmicas e administrativas;
III. Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias, cabendo-lhe o voto apenas no caso de desempate.	III. Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias, cabendo-lhe o voto apenas no caso de desempate.
Artigo 19 - Compete ao CA do PROFCIAMB:	Artigo 19 - Compete ao CA do PROFCIAMB:
I - reunir-se periodicamente, por convocação do coordenador ou a pedido, por escrito, de dois terços dos seus membros, sob a	I - reunir-se periodicamente, por convocação do coordenador ou a pedido, por escrito, de dois terços dos seus membros, sob a
presidência do coordenador, com a majoria de seus membros em primeira convocação, ou com	presidência do coordenador, com a maioria de seus membros em primeira convocação, ou com
qualquer número de presentes em segunda convocação, e deliberar por maioria de votos dos presentes;	qualquer número de presentes em segunda convocação, e deliberar por maioria de votos dos presentes;
H 1.10 A 1.00 A	п 1111
II - deliberar sobre a composição dos quadros de docentes do Programa nas categorias: permanentes, colaboradores e visitantes;	II - deliberar sobre a composição dos quadros de docentes do Programa nas categorias: permanentes, colaboradores e visitantes;
III - credenciar e descredenciar docentes segundo critérios estabelecidos pelo CA do Programa;	III - credenciar e descredenciar docentes segundo critérios estabelecidos pelo CA do Programa;
IV - aprovar a atribuição de orientações conforme regulamento do Programa;	IV - aprovar a atribuição de orientações conforme regulamento do Programa;
V - propor alterações curriculares e submetê-las à apreciação do Conselho Interdepartamental (CI);	V - propor alterações curriculares e submetê-las à apreciação do Conselho Interdepartamental (CI);
VI - aprovar ementas, programas de disciplinas, carga horária, número de créditos e critérios de avaliação de disciplinas e o calendário acadêmico do Programa;	VI - aprovar ementas, programas de disciplinas, carga horária, número de créditos e critérios de avaliação de disciplinas e o calendário acadêmico do Programa;



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

VII - designar professores integrantes do

quadro docente efetivo da instituição do

Fls. 15

VII - designar professores integrantes do

quadro docente efetivo da instituição do

Programa para proceder a seleção dos candidatos e aprovar as normas e editais de seleção de acordo com resolução específica sobre processos seletivos, exceto em situações específicas dos programas em rede ou associados;	Programa para proceder a seleção dos candidatos e aprovar as normas e editais de seleção de acordo com resolução específica sobre processos seletivos, exceto em situações específicas dos programas em rede ou associados;
VIII - aprovar a Banca Examinadora do Exame de Qualificação e da defesa pública de Dissertação e Produto Técnico ou Educacional;	VIII - aprovar a Banca Examinadora do Exame de Qualificação e da defesa pública de Dissertação e Produto Técnico ou Educacional;
IX - apreciar e propor convênios com entidades públicas ou privadas de interesse do Programa;	IX - apreciar e propor convênios com entidades públicas ou privadas de interesse do Programa;
X - acompanhar as atividades do Programa nos departamentos ou em outros setores;	X - acompanhar as atividades do Programa nos departamentos ou em outros setores;
XI - aprovar e propor modificações no Regulamento do Programa;	XI - aprovar e propor modificações no Regulamento do Programa;
XII - propor ao CI aprovação de normas ou suas modificações;	XII - propor ao CI aprovação de normas ou suas modificações;
XIII - submeter ao CI, anualmente, o número de vagas do Programa;	XIII - submeter ao CI, anualmente, o número de vagas do Programa;
XIV - julgar recursos e pedidos;	XIV - julgar recursos e pedidos;
XV - analisar e decidir sobre aproveitamento de estudos, em disciplinas cursadas em Programas Stricto Sensu, equivalência de créditos, dispensa de disciplinas, assim como sobre outras questões referentes à vida acadêmica do pós-graduando;	XV - analisar e decidir sobre aproveitamento de estudos, em disciplinas cursadas em Programas <i>Stricto Sensu</i> , equivalência de créditos, dispensa de disciplinas, assim como sobre outras questões referentes à vida acadêmica do pós-graduando;
XVI - homologar os resultados dos exames de suficiência em língua estrangeira;	XVI - homologar os resultados dos exames de suficiência em língua estrangeira;



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 16

XVII - interagir com instituições afins e órgãos de fomento em aspectos relacionados às atividades da pós-graduação;	XVII - interagir com instituições afins e órgãos de fomento em aspectos relacionados às atividades da pós-graduação;
XVIII - deliberar sobre a distribuição de recursos orçamentários e financeiros do Programa.	XVIII - deliberar sobre a distribuição de recursos orçamentários e financeiros do Programa.
1	Artigo 20 - O CA do PROFCIAMB reunir- se-á ordinariamente, pelo menos, duas vezes por semestre e extraordinariamente quantas vezes forem necessárias, mediante convocação feita pelo Coordenador, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ou a pedido escrito de dois terços de seus membros.

CAPÍTULO III	CAPÍTULO III
DA DOCÊNCIA E DO COLEGIADO DO CURSO	DA DÓCÊNCIA E DO CONSELHO ACADÊMICO
Artigo 21 - Constituem categorias Orientadores do PROFCIAMB:	Artigo 21 - Constituem categorias Orientadores do PROFCIAMB:
§ 1º - Permanentes - Docentes enquadrados e declarados anualmente pelo Programa na Plataforma Sucupira, que respeitem a resolução vigente do PROFCIAMB - UEM, sobre critérios para credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de docentes e que atendam os seguintes pré-requisitos: a) desenvolvimento de atividades de ensino no PROFCIAMB;	§ 1° - Permanentes - Docentes enquadrados e declarados anualmente pelo Programa na Plataforma Sucupira, que respeitem a resolução vigente do PROFCIAMB - UEM, sobre critérios para credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de docentes e que atendam os seguintes pré-requisitos: a) desenvolvimento de atividades de ensino no PROFCIAMB;
b) participação em projetos de pesquisa relacionados à área do Programa;	b) participação em projetos de pesquisa relacionados à área do Programa;
c) orientação de discentes do Programa;	c) orientação de discentes do Programa;



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

d) vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, outras instituições e regiões, e se enquadrem em uma das seguintes condições:	d) vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, outras instituições e regiões, e se enquadrem em uma das seguintes condições:
-quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;	-quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;
-quando, na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do Programa;	-quando, na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do Programa;
-quando tenham sido cedidos, por sua instituição de origem, por acordo formal, para atuar como docente do Programa;	-quando tenham sido cedidos, por sua instituição de origem, por acordo formal, para atuar como docente do Programa;
-a critério do Programa, quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade	-a critério do Programa, quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade
(学記) (学記)	2.5
relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.	relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.
§ 2º - Visitantes – Docentes ou pesquisadores com vínculo funcional administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.	§ 2º - Visitantes — Docentes ou pesquisadores com vínculo funcional administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 18

- § 3º- A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.
- § 3°- A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.
- § 4º Colaboradores Demais membros do corpo docente do Programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os profissionais de outra Instituição que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a UEM.
- § 4º Colaboradores Demais membros do corpo docente do Programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os profissionais de outra Instituição que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a UEM.
- § 5° O desempenho de atividades esporádicas, como, conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo o mesmo ser enquadrado como docente colaborador.
- § 5° O desempenho de atividades esporádicas, como, conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo o mesmo ser enquadrado como docente colaborador.
- § 6° O corpo docente deve ser credenciado, descredenciado e recredenciado, conforme previsto em resolução vigente do PROFCIAMB UEM.
- § 6° O corpo docente deve ser credenciado, descredenciado e recredenciado, conforme previsto em resolução vigente do PROFCIAMB UEM.
- § 7º Podem compor o corpo docente, profissionais com nível superior e comprovada experiência acadêmica e não acadêmica, técnica, científica, de inovação e de orientação ou supervisão na área proposta.
- § 7º Podem compor o corpo docente, profissionais com nível superior e comprovada experiência acadêmica e não acadêmica, técnica, científica, de inovação e de orientação ou supervisão na área proposta.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 19

§ 8º - O número mínimo de docentes
permanentes e sua proporção em relação às
demais categorias de docentes vinculados ao
programa são definidos pelos documentos
orientadores da Área de Ciências
Ambientais/CAPES.

§ 8° - O número mínimo de docentes permanentes e sua proporção em relação às demais categorias de docentes vinculados ao programa são definidos pelos documentos orientadores da Área de Concentração em Ciências e Humanidades (51) da CAPES.

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV

CREDENCIAMENTO, RECREDENCIAMENTO E DESCREDENCIAMENTO DE DOCENTES

CREDENCIAMENTO, RECREDENCIAMENTO E DESCREDENCIAMENTO DE DOCENTES

Artigo 22 - Para integrar o corpo docente do PROFCIAMB, o professor deverá atender ao disposto no Artigo 16 e ser credenciado pelo CA do PROFCIAMB da UEM e conforme critérios estabelecidos em resolução própria, dentre as categorias de permanente, visitante e colaborador.

Artigo 22 - Para integrar o corpo docente do PROFCIAMB, o professor deverá atender ao disposto no Artigo 16 e ser credenciado pelo CA do PROFCIAMB da UEM e conforme critérios estabelecidos em resolução própria, dentre as categorias de permanente, visitante e colaborador.

Artigo 23 — O credenciamento será realizado mediante abertura de edital específico pelo PROFCIAMB — UEM e deverá ter a solicitação de credenciamento do docente mediante apresentação de proposta de carta de intenção (com indicação das possíveis disciplinas que poderia ministrar) e Curriculum Lattes (Plataforma do CNPq dirigida ao Coordenador do PROFCIAMB para submissão, avaliação e aprovação pelo CA da Instituição.

Artigo 23 - O credenciamento será realizado mediante abertura de edital específico pelo PROFCIAMB - UEM e deverá ter a solicitação de credenciamento do docente mediante apresentação de proposta de carta de intenção (com indicação das possíveis disciplinas que poderia ministrar) e Curriculum Lattes (Plataforma do CNPq) dirigida ao Coordenador do PROFCIAMB para submissão, avaliação e aprovação pelo CA da Instituição.

Artigo 24 - O credenciamento, recredenciamento e descredenciamento seguirão resolução própria do CA do PROFCIAMB-UEM.

Artigo 24 - O credenciamento, recredenciamento e descredenciamento seguirão resolução própria do CA do PROFCIAMB-UEM.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

CAPÍTULO V	CAPÍTULO V
DO CORPO DISCENTE	DO CORPO DISCENTE
Artigo 25 - O Corpo Discente do PROFCIAMB da Instituição é constituído por alunos (professores licenciados da educação básica, bem como de profissionais que atuem em espaços não-formais "museus, jardins botânicos, centros de ciências") e/ou não escolares (aqueles envolvidos com divulgação e comunicação das ciências) regularmente matriculados.	Artigo 25 - O Corpo Discente do PROFCIAMB da Instituição é constituído por alunos (professores da educação básica, em exercício, atuantes em sala de aula) regularmente matriculados.
§ 1º - São considerados alunos regulares, os candidatos que tenham sido julgados aptos no processo seletivo do programa ou por intermédio de transferência, conforme normas da UEM.	§ 1º - São considerados alunos regulares, os candidatos que tenham sido julgados aptos no processo seletivo do programa ou por intermédio de transferência, conforme normas da UEM.
§ 2º - A critério do CA do PROFCIAMB da Instituição poderão ser aceitas matrículas em componente curricular isolado, na condição de alunos não regulares, portadores de diploma universitário reconhecido pelo MEC e cuja formação se compatibilize com o PROFCIAMB.	§ 2º - A critério do CA do PROFCIAMB da Instituição poderão ser aceitas matrículas em componente curricular isolado, na condição de alunos não regulares, portadores de diploma universitário reconhecido pelo MEC e cuja formação se compatibilize com o PROFCIAMB.
§ 3º - O número máximo de alunos não regulares, por componente curricular, não poderá exceder a cinco, ouvido o docente responsável pela componente curricular.	§ 3º - O número máximo de alunos não regulares, por componente curricular, não poderá exceder a cinco, ouvido o docente responsável pela componente curricular.
§ 4° - O aluno não regular, no que couber, ficará sujeito às mesmas normas prescritas ao aluno regularmente matriculado, sendo a admissão condicionada à existência de vagas na componente curricular que pretende cursar e outras exigências estabelecidas pelo docente responsável.	§ 4° - O aluno não regular, no que couber, ficará sujeito às mesmas normas prescritas ao aluno regularmente matriculado, sendo a admissão condicionada à existência de vagas na componente curricular que pretende cursar e outras exigências estabelecidas pelo docente responsável.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

§ 5° - O aproveitamento de créditos	§ 5° - O aproveitamento de créditos
relativos às componentes curriculares cursadas	relativos às componentes curriculares cursadas
na condição de aluno não regular não poderá ser	na condição de aluno não regular não poderá ser
superior a 50% do total de créditos em	superior a 50% do total de créditos em
componente curricular.	componente curricular.
componente curricular.	componente curricular.
§ 6° - Ao aluno a que se refere o <i>caput</i> deste	§ 6° - Ao aluno a que se refere o <i>caput</i> deste
artigo, poderá ser conferido certificado de	artigo, poderá ser conferido certificado de
aprovação em componente curricular, no qual	aprovação em componente curricular, no qual
será explicitamente mencionada a condição de	será explicitamente mencionada a condição de
aluno não regular.	aluno não regular.
Total of the second	
§ 7º - O aluno não regular deverá cursar	§ 7º - O aluno não regular deverá cursar
somente uma componente curricular por	somente uma componente curricular por
semestre até perfazer quatro componentes	semestre até perfazer quatro componentes
curriculares no decorrer de quatro semestres	curriculares no decorrer de quatro semestres
consecutivos.	consecutivos.
(SIGN)	S KIZ
§ 8º - Na hipótese de existência de vagas,	§ 8° - Na hipótese de existência de vagas,
será aceita a matrícula de aluno vinculado a outro	será aceita a matrícula de aluno vinculado a outro
programa de mesmo nível mantido por outra	programa de mesmo nível mantido por outra
unidade da UEM ou de outra IES, desde que	unidade da UEM ou de outra IES, desde que
reconhecidos pela CAPES e MEC.	reconhecidos pela CAPES e MEC.
reconnected pela CAT ES CIVIEC.	reconnected special craft Lib e tyrice.
§ 9° - Terá direito à matrícula o candidato	§ 9° - Terá direito à matrícula o candidato
aprovado no processo de seleção estabelecido	aprovado no processo de seleção estabelecido
neste regulamento, considerando o número de	neste regulamento, considerando o número de
vagas oferecidas pelo PROFCIAMB da	vagas oferecidas pelo PROFCIAMB da
Instituição.	Instituição.
nistituição.	institutção.
§ 10° - Para exercerem atividades no	§ 10° - Para exercerem atividades no
PROFCIAMB, todos os candidatos selecionados	PROFCIAMB, todos os candidatos selecionados
deverão efetuar seu registro acadêmico na UEM,	deverão efetuar seu registro acadêmico na UEM,
dentro do prazo previsto em calendário do	dentro do prazo previsto em calendário do
PROFCIAMB.	PROFCIAMB.
§ 11 - Quando o PROFCIAMB dispuser	§ 11 - Quando o PROFCIAMB dispuser
0 \	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
de bolsas de estudo ao aluno regular, caberá ao	de bolsas de estudo ao aluno regular, caberá ao
seu CA e estabelecer as normas de concessão e	seu CA e estabelecer as normas de concessão e
manutenção das bolsas.	manutenção das bolsas.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 22

CAPÍTULO VI	CAPÍTULO VI
SELEÇÃO, INSCRIÇÃO E MATRÍCULA	SELEÇÃO, INSCRIÇÃO E MATRÍCULA
Artigo 26 - O ingresso no PROFCIAMB será realizado mediante processo seletivo.	Artigo 26 - O ingresso no PROFCIAMB será realizado mediante processo seletivo.
§ 1º - O CA do PROFCIAMB da Instituição será responsável pela aprovação e abertura de edital para o processo seletivo de ingresso no PROFCIAMB, o qual se dará ampla divulgação (site do PROFCIAMB, redes sociais, entre outros).	§ 1° - O CA do PROFCIAMB da Instituição será responsável pela aprovação e abertura de edital para o processo seletivo de ingresso no PROFCIAMB, o qual se dará ampla divulgação (site do PROFCIAMB, redes sociais, entre outros).
§ 2º No edital constarão: as instruções de preenchimento dos formulários, prazos, locais,	§ 2º - No edital constarão: as instruções de preenchimento dos formulários, prazos, locais,

§ 2º - No edital constarão: as instruções d	le
preenchimento dos formulários, prazos, locais,	
período de seleção, taxa de inscrição, forma de	
avaliação dos candidatos forma de divulgação	
dos resultados, número de vagas e demais	/
instruções para a participação no processo	
seletivo.	1

período de seleção, taxa de inscrição, forma de avaliação dos candidatos, forma de divulgação dos resultados, número de vagas, cotas étnicoraciais, cotas de gênero e outras formas regulamentadas e demais instruções para a participação no processo seletivo.

§3º - O número de vagas será definido pelo número de orientadores credenciados e disponíveis no PROFCIAMB da Instituição.

§3º - O número de vagas será definido pelo número de orientadores credenciados e disponíveis no PROFCIAMB da Instituição.

Artigo 27 - O processo seletivo será de responsabilidade da Comissão de Seleção, designada pelo CA, constituída por docentes do

Artigo 27 - O processo seletivo será de responsabilidade da Comissão de Seleção, designada pelo CA, constituída por docentes do PROFCIAMB, com vínculo efetivo com a UEM. PROFCIAMB, com vínculo efetivo com a UEM.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 23

Artigo 28 - Poderão inscrever-se para o
processo de seleção do Curso de Mestrado
Profissional do PROFCIAMB da Instituição, os
portadores de diploma de nível superior. Serão
priorizados professores que têm vínculo
institucional na rede pública (federal, estadual e
municipal); professores que atuam na rede
privada de ensino; professores e profissionais que
atuam em espaços não formais (museus, jardins
botânicos, centros de ciências e tecnologia,
Unidades de Conservação) e/ou não- escolares,
envolvidos com a divulgação e comunicação das
ciências ambientais.

Artigo 28 - Poderão inscrever-se para o processo de seleção do Curso de Mestrado Profissional do PROFCIAMB da Instituição, os portadores de diploma de nível superior, que sejam professores da Educação Básica em exercício, atuantes em sala de aula, que tenham vínculo institucional na rede pública (federal, estadual e municipal) e/ou rede privada de ensino.

Artigo 29 - A documentação exigida para a inscrição <mark>ao processo seletivo de ingresso no curso de Mestrado Profissional do PROFCIAMB da Instituição será definida no Edital de Seleção.</mark>

Artigo 29 - A documentação exigida para a inscrição no processo seletivo de ingresso no curso de Mestrado Profissional do PROFCIAMB da Instituição será definida no Edital de Seleção.

CAPÍTULO VII ESTRUTURA ACADÊMICA Artigo 30 - A estrutura curricular do PROFCIAMB é constituída de disciplinas obrigatórias, eletivas, exame de qualificação, elaboração e defesa de dissertação e produto técnico ou educacional. CAPÍTULO VII ESTRUTURA ACADÊMICA Artigo 30 - A estrutura curricular do PROFCIAMB é constituída de disciplinas obrigatórias, eletivas, exame de qualificação, elaboração e defesa de dissertação e produto técnico ou educacional.

- §1° Entende-se por disciplinas obrigatórias o conjunto de disciplinas comuns às Linhas de Pesquisa.
- §1° Entende-se por disciplinas obrigatórias o conjunto de disciplinas comuns às Linhas de Pesquisa.
- **§2º** Entende-se por disciplinas eletivas aquelas que permitirão a integralização do conhecimento nas Linhas de Atuação.
- **§2º** Entende-se por disciplinas eletivas aquelas que permitirão a integralização do conhecimento nas Linhas de Atuação.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 24

Artigo 31 - As disciplinas Obrigatórias
para o curso de Mestrado Profissional do
PROFCIAMB, todas têm a carga horária de 45
(quarenta e cinco) horas e 3 (três) créditos, são
elas:

Artigo 31 - As disciplinas Obrigatórias para o curso de Mestrado Profissional do PROFCIAMB, todas têm a carga horária de 45 (quarenta e cinco) horas e 3 (três) créditos, são elas:

(DCI4002) - Gestão Ambiental

(DCI4002) - Gestão Ambiental
(DCI4003) - Interdisciplinaridade em
Ciências Ambientais
(DCI4004) - Metodologia Científica e
Desenvolvimento de Projetos em
Educação nas Ciências Ambientais
(DCI4005) - Seminário de Pesquisa
(DCI4006) - Ambiente, Sociedade e
Educação

(DCI4003) - Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais (DCI4004) - Metodologia Científica e Desenvolvimento de Projetos Educação nas Ciências Ambientais

(DCI4005) - Seminário de Pesquisa (DCI4006) - Ambiente, Sociedade e Educação

Artigo 32 - As disciplinas Eletivas do PROFCIAMB têm a carga horária 45 (quarenta e PROFCIAMB têm a carga horária 45 (quarenta e cinco) horas e 3 (três) créditos, são elas:

Artigo 32 - As disciplinas Eletivas do cinco) horas e 3 (três) créditos, são elas:

(DCI4007) - Abastecimento de Agua e
Esgotamento Sanitário
(DCI4008) - Biologia da Conservação
(DCI4009) - Dinâmica e Avaliação
Ambiental
(DCI4010) - Ecologia e Conservação de
Fauna Silvestre
(DCI4011) - Energia e Meio Ambiente
(DCI4012) - Gerenciamento de
Resíduos Sólidos
(DCI4013) - Gestão de Recursos
Naturais

	1
1	(DCI4007) - Abastecimento de Água e
	Esgotamento Sanitário
\	(DCI4008) - Biologia da Conservação
1	(DCI4009) - Dinâmica e Avaliação
9)	Ambiental
-	(DCI4010) - Ecologia e Conservação de
	Fauna Silvestre
1	(DCI4011) - Energia e Meio Ambiente
Ź	(DCI4012) - Gerenciamento de
7	Resíduos Sólidos
_	(DCI4013) - Gestão de Recursos
	Naturais



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

(DCI4015) - Indicadores para	(DCI4015) - Indicadores para
Avaliação de Desenvolvimento	Avaliação de Desenvolvimento
Sustentável	Sustentável
(DCI4016) - Introdução à Química	(DCI4016) - Introdução à Química
Verde	Verde
(DCI4017) - Mudanças Climáticas e	(DCI4017) - Mudanças Climáticas e
Meio Ambiente	Meio Ambiente
(DCI4018) - Natureza, Cultura e	(DCI4018) - Natureza, Cultura e
Territorialidades	Territorialidades
(DCI4019) - Planejamento de Projetos	(DCI4019) - Planejamento de Projetos
em Educação Ambiental	em Educação Ambiental
(DCI4020) - Química Ambiental	(DCI4020) - Química Ambiental
(DCI4021) - Recursos Hídricos	(DCI4021) - Recursos Hídricos
(DCI4022) - Transporte Público	(DCI4022) - Transporte Público
Urbano e Meio Ambiente	Urbano e Meio Ambiente
(DCI4023) - Áreas Naturais	(DCI4023) - Áreas Naturais
Especialmente Protegidas	Especialmente Protegidas
(DCI4024) - Ética e Meio Ambiente	(DCI4024) - Ética e Meio Ambiente
(DCI4027) - Didática das Ciências e o	(DCI4027) - Didática das Ciências e o
Ensino das Ciências Ambientais	Ensino das Ciências Ambientais
(DCI4028)- Produtos Educacionais	(DCI4028)- Produtos Educacionais
para o Ensino das Ciências Ambientais	para o Ensino das Ciências Ambientais
(DCI4029)- Urbanidade, Habitação e Ambiente	(DCI4029)- Urbanidade, Habitação e Ambiente
Sich /	
Parágrafo único - A disciplina eletiva	Parágrafo único - A disciplina eletiva
(DCI4021) - Recursos Hídricos, é obrigatório o	(DCI4021) - Recursos Hídricos, é obrigatório o
cumprimento de seus créditos (3 créditos) para os alunos regularmente matriculados que	cumprimento de seus créditos (3 créditos) para os alunos regularmente matriculados que
desenvolverão projetos de pesquisa com enfoque	desenvolverão projetos de pesquisa com enfoque
no tema água.	no tema água.
	Mi
Artigo 33 - As propostas de inclusão de	Artigo 33 - As propostas de inclusão de
novas disciplinas eletivas deverão ser aprovadas pelo CA do PROFCIAMB.	novas disciplinas eletivas deverão ser aprovadas pelo CA do PROFCIAMB.
pelo CA do I ROI CIAWID.	pelo ea do i korciawid.
CAPÍTULO VIII	CAPÍTULO VIII
ESTRUTURA CURRICULAR	ESTRUTURA CURRICULAR



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Artigo 34 - A integralização dos estudos

necessários ao PROFCIAMB será expressa em

unidades de créditos.

Fls. 26

Artigo 34 - A integralização dos estudos

necessários ao PROFCIAMB será expressa em

unidades de créditos.

Parágrafo único - Cada unidade de crédito corresponderá a 15 (quinze) horas de atividades curriculares Artigo 35 - O PROFCIAMB se estrutura em três partes: créditos em disciplinas, créditos na elaboração da dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional. Artigo 36 - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de eréditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. §1° - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. §2° - As autas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. §3° - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do PROFCIAMB, com a anuência do orientador.		
crédito corresponderá a 15 (quinze) horas de atividades curriculares Artigo 35 - O PROFCIAMB se estratura em três partes: créditos em disciplinas, créditos na elaboração da dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional. Artigo 36 - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. \$1° - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas sobrigatórias e 09 (nove) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas con elaboração da Dissertação e do produto técnico ou educacional. \$1° - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas sobrigatórias e 09 (nove) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas con elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. \$1° - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas con elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. \$1° - Os créditos em disciplinas efetivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$2° - Poderão	Parágrafo único - Cada unidade de	Parágrafo único - Cada unidade de crédito
Artigo 35 - O PROFCIAMB se estratura em três partes: créditos em disciplinas, créditos na elaboração da dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional. Artigo 36 - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. §1º - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas correditos especiais (atividades académicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §2º - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades académicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos.		
em três partes: créditos em disciplinas, créditos na elaboração da dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional. Artigo 36 - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. §1º - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas sorigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. §2º - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §4º - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do		
na elaboração da dissertação e do produto técnico ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional. Artigo 36 - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. \$1^{\circ} - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$2^{\circ} - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3^{\circ} - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4^{\circ} - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do	Artigo 35 - O PROFCIAMB se estrutura	Artigo 35 - O PROFCIAMB se estrutura
ou educacional, e defesa pública da Dissertação e do produto técnico ou educacional. Artigo 36 - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. §1º - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. §2º - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §4º - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do	em três partes: créditos em disciplinas, créditos	em três partes: créditos em disciplinas, créditos
do produto técnico ou educacional. Artigo 36 - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. §1º - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. §2º - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §4º - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. §1º - Os créditos ém disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas erão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas erão as	na elaboração da dissertação e do produto técnico	na elaboração da dissertação e do produto técnico
do produto técnico ou educacional. Artigo 36 - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. §1º - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. §2º - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §4º - O aluno regular do PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. §1º - Os créditos ém disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas erão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas erão as	ou educacional, e defesa pública da Dissertação e	ou educacional, e defesa pública da Dissertação e
PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. \$\frac{\text{\$1^{\text{o}}} - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletiva	do produto técnico ou educacional.	
seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. \$\frac{\text{\$1^{\text{o}}} - \text{Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$\frac{\text{\$2^{\text{o}}} - \text{ As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados.} \$\frac{\text{\$2^{\text{o}}} - \text{ Os duno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do} \$\frac{\text{\$4^{\text{o}}} - \text{ O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do} \$\frac{\text{\$4^{\text{o}}} - \text{ O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do} \$\frac{\text{\$4^{\text{o}}} - \text{ O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do} \$\frac{\text{\$4^{\text{o}}} - \text{ O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do} \$\frac{\text{\$4^{\text{o}}} - \text{ O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do} \$\frac{\text{\$4^{\text{o}}} - \text{ O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do} \$\frac{\text{\$4^{\text{o}}} - \text{ O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do} \$\frac{\text{\$4^{\text{o}}} - \text{ O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do}	Artigo 36 - O aluno regular do	Artigo 36 - O aluno regular do
quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. \$1^{\circ} - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$2^{\circ} - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3^{\circ} - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4^{\circ} - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do \$4^{\circ} - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do	PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e	PROFCIAMB deverá integralizar 96 (noventa e
elaboração da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional. §1º - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. §2º - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §4º - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do	seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e	seis) unidades de créditos, sendo 24 (vinte e
stribuídos: 15 (quinze) em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$2^\circ\text{-} As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados.} \$3^\circ\text{-} Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos.} \$4^\circ\text{-} O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do} \$1^\circ\text{-} Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas obrigatórias e 09	quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na	quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) na
\$1° - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$2° - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3° - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do \$1° - Os créditos em disciplinas serão assim distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso.	elaboração da Dissertação e do Produto Técnico	
distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$2^{\circ}\$ - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3^{\circ}\$ - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4^{\circ}\$ - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas obrigatórias e 09	ou Educacional.	ou Educacional.
obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$2° - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3° - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$2° - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3° - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos.	§1º - Os créditos em disciplinas serão assim	§1º - Os créditos em disciplinas serão assim
os quais deverão ser cumpridos nos doze primeiros meses de curso. \$2^\circ\ As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3^\circ\ Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4^\circ\ O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do \$\circ\ atribuição de créditos especiais ao CA do	distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas	distribuídos: 15 (quinze) em disciplinas
primeiros meses de curso. \$2° - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3° - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do primeiros meses de curso. \$2° - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3° - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos.	obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas	obrigatórias e 09 (nove) em disciplinas eletivas
\$2° - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3° - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do \$2° - As aulas serão realizadas, preferencialmente, às sextas e sábados. \$3° - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos.	os quais deverão ser cumpridos nos doze	os quais deverão ser cumpridos nos doze
preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §4º - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos.	primeiros meses de curso.	primeiros meses de curso.
preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §4º - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos.	50000	
preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. §4º - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do preferencialmente, às sextas e sábados. §3º - Poderão ser concedidos, como créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos.	§2º - As aulas serão realizadas,	§2º As aulas serão realizadas,
créditos especiais (atividades acadêmicas complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do	preferencialmente, às sextas e sábados.	preferencialmente, às sextas e sábados.
complementares), até no máximo 12 (doze) créditos. \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do	§3º - Poderão ser concedidos, como	§3º - Poderão ser concedidos, como
créditos. \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do \$4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do	créditos especiais (atividades acadêmicas	créditos especiais (atividades acadêmicas
§4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do§4° - O aluno regular deverá solicitar a atribuição de créditos especiais ao CA do	complementares), até no máximo 12 (doze)	complementares), até no máximo 12 (doze)
atribuição de créditos especiais ao CA do atribuição de créditos especiais ao CA do	créditos.	créditos.
atribuição de créditos especiais ao CA do atribuição de créditos especiais ao CA do	§4º - O aluno regular deverá solicitar a	§4º - O aluno regular deverá solicitar a
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		ů –
	· •	, ±



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

§5º - O orientador, mediante a sua análise e atribuição de créditos especiais das atividades acadêmicas complementares do seu orientado, poderá solicitar ao CA a aprovação da concessão desses créditos.

§5º - O orientador, mediante a sua análise e atribuição de créditos especiais das atividades acadêmicas complementares do seu orientado, poderá solicitar ao CA a aprovação da concessão desses créditos.

F1s. 27

§6º - Poderão ser concedidos e considerados como créditos especiais e terão valores atribuídos, conforme discriminado na tabela abaixo:

§6º - Poderão ser concedidos e considerados como créditos especiais e terão valores atribuídos, conforme discriminado na tabela abaixo:





Resolução nº 100/2025-CI/CCE

I. Trabalho completo publicado em revista de circulação nacional ou internacional que tenha corpo editorial reconhecido, ou capítulo de livro de reconhecido mérito na área do conhecimento, sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de participaç ão em completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação.					
nacional ou internacional que tenha corpo editorial reconhecido, ou capítulo de livro de reconhecido mérito na área do conhecimento, sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e du entracionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e vergessos, workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabálno completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabálno completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabálno completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	I. Trabalho completo publicado			I. Trabalho completo publicado	
tenha corpo editorial reconhecido, ou capítulo de livro de reconhecido mérito na área do conhecimento, sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. II. Depósito de patentes sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digitat) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digitat) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	em revista de circulação	4 créditos		em revista de circulação	4 créditos
reconhecido, ou capítulo de livro de reconhecido mérito na área do conhecimento, sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. II. Depósito de patentes sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual fecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual fecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual fecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual fecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em macionais e internacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em macionais e internacionais e internacion	-			nacional ou internacional que	
livro de reconhecido mérito na área do conhecimento, sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. II. Depósito de patentes sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trábalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trábalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trábalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	tenha corpo editorial			tenha corpo editorial	
área do conhecimento, sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Depósito de patentes sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por orgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trábalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação.	reconhecido, ou capítulo de			reconhecido, ou capítulo de	
o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. II. Depósito de patentes sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	livro de reconhecido mérito na			livro de reconhecido mérito na	
autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. II. Depósito de patentes sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	área do conhecimento, sendo			área do conhecimento, sendo	
com o projeto de sua dissertação. II. Depósito de patentes sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	o(a) aluno o(a) primeiro(a)			o(a) aluno o(a) primeiro(a)	
dissertação. II. Depósito de patentes sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	autor(a) e que possua relação	~		autor(a) e que possua relação	
II. Depósito de patentes sendo o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação com o projeto de sua dissertação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua distertação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	com o projeto de sua	£ 1 x	\ /	com o projeto de sua	
o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	dissertação.	から一州	/ ż	dissertação.	
o(a) aluno o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto		4 créditos	完 公		4 créditos
com o projeto de sua dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto		77/472 =	服		4 Creditos
dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto dissertação. III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto		////	3////	//	
III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto III. Publicação de capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	71.72.1		3000	W/ V2	
manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	13-1 - 0-7 (2-7)	عالمالك الم	9		
reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digitai) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto		\sim			
nacionais e internacionais sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto		2 créditos		5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	2 créditos
sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto sendo o(a) estudante o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	6 1 3 1 7 7		5		
primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digitai) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	26				
que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	sendo o(a) estudante o(a)	25	3	sendo o(a) estudante o(a)	
possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	primeiro(a) autor(a) e	3	5	primeiro(a) autor(a) e	
de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto de sua dissertação. IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	que	/-	1	que	
IV. Participação em Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto IV. Participação em Congressos, Workshops, (até 3 participaç apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	possua relação com o projeto		1	possua relação com o projeto	
Congressos, Workshops, Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto Congressos, Workshops, (até 3 participaç apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	de sua dissertação.	Ex	-	de sua dissertação.	
Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto Simpósios ou outro tipo de reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto			4)	IV. Participação em	
reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto reunião científica com apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	7, 60	2 créditos	1	Congressos, Workshops,	2 créditos
apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto apresentação de trabalho completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto		(até 3	3		(até 3
completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto completo e que seja publicado (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	C.F. VOST	participaç	3		participaç
(na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto (na forma impressa ou digital) em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto		ões)		1 // 16:-	ões)
em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto em anais (ou similares), em que o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	7 / 10 / 1	DE.	1		
o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto o(a) aluno(a) seja o(a) primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto		2000	SY		
primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto primeiro(a) autor(a) e que possua relação com o projeto	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,				
possua relação com o projeto possua relação com o projeto		15	1	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
			-		
de sua dissertação. de sua dissertação.	1				
	-			-	
V. Participação em grupos de 2 V. Participação em grupos de 2		_			
pesquisa relacionados à área créditos/ pesquisa relacionados à área créditos/	1 -	créditos/		•	créditos/
de concentração do p or ano de concentração do p or ano	-	p or ano		_	p or ano
PROFCIAMB. (no PROFCIAMB. (no	PROFCIAMB.	(no		PROFCIAMB.	(no
Av. Colombo, 5790 – Centro (2) Exatas - CEP 87020-900 - Maringá - PR máximo 4	Av. Colombo, 5790 – Ce	nt rongex Griporia s	Exata	s - CEP 87020-900 - Maringá - PR	máximo 4
Fones: (44) 3011 4331 créditos)		Fones: (44)	3011- ce@u	4331 em.br	créditos)



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

	<u></u>
formação pretendida, (até 3 aprovadas pelo orientador e unidades) apreciadas pelo CA.	formação pretendida, (até 3 aprovadas pelo orientador e unidades) apreciadas pelo CA.
§7º - As disciplinas obrigatórias deverão ser ofertadas na Instituição, seguindo a estrutura, conteúdo e formato estabelecidos pelo Colegiado Gestor da Rede, de forma a garantir padronização mínima do PROFCIAMB.	§7º - As disciplinas obrigatórias deverão ser ofertadas na Instituição, seguindo a estrutura, conteúdo e formato estabelecidos pelo Colegiado Gestor da Rede, de forma a garantir padronização mínima do PROFCIAMB.
§8º - O credenciamento e recredenciamento de disciplinas eletivas são baseados em análise do conteúdo programático, compatibilidade com as linhas de atuação científico/tecnológicas do Programa, atualização bibliográfica e aprovadas pelo CA do PROFCIAMB. Poderão ser criadas ou credenciadas a partir de disciplinas já existentes na Instituição, seguindo critérios estabelecidos pelo regulamento da IES, com o objetivo de dar suporte de formação específica a cada região onde se insere a Instituição participante.	§8º - O credenciamento e recredenciamento de disciplinas eletivas são baseados em análise do conteúdo programático, compatibilidade com as linhas de atuação científico/tecnológicas do Programa, atualização bibliográfica e aprovadas pelo CA do PROFCIAMB. Poderão ser criadas ou credenciadas a partir de disciplinas já existentes na Instituição, seguindo critérios estabelecidos pelo regulamento da IES, com o objetivo de dar suporte de formação específica a cada região onde se insere a Instituição participante.
Artigo 37 - Os discentes regulares poderão solicitar o aproveitamento de componentes curriculares realizados em Instituições nacionais ou estrangeiras. Esta decisão está condicionada à análise e avaliação do CA do PROFCIAMB da Instituição.	Artigo 37 - Os discentes regulares poderão solicitar o aproveitamento de componentes curriculares realizados em Instituições nacionais ou estrangeiras. Esta decisão está condicionada à análise e avaliação do CA do PROFCIAMB da Instituição.
§1º - O número total de créditos obtidos em outra instituição, cursados nos últimos três anos, a serem aproveitados no PROFCIAMB, não poderá ultrapassar 25,0 % (vinte e cinco por cento) do previsto para o cumprimento de componentes curriculares.	§1° - O número total de créditos obtidos em outra instituição, cursados nos últimos três anos, a serem aproveitados no PROFCIAMB, não poderá ultrapassar 25,0 % (vinte e cinco por cento) do previsto para o cumprimento de componentes curriculares.
§2º - Créditos cursados no próprio programa poderão ser aproveitados por alunos desligados e readmitidos por processo seletivo, desde que o tempo entre o desligamento e a readmissão não ultrapasse três anos.	§2º - Créditos cursados no próprio programa poderão ser aproveitados por alunos desligados e readmitidos por processo seletivo, desde que o tempo entre o desligamento e a readmissão não ultrapasse três anos.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

	F1s. 30	
Artigo 38° - Os professores responsáveis pelas disciplinas e atividades acadêmicas deverão expressar o rendimento dos mestrandos	Artigo 38° - Os professores responsáveis pelas disciplinas e atividades acadêmicas deverão expressar o rendimento dos mestrandos	
utilizando-se de notas, em uma escala numérica de 0 (zero) a 10 (dez), com no máximo uma casa decimal.	utilizando-se de notas, em uma escala numérica de 0 (zero) a 10 (dez), com no máximo uma casa decimal.	
§1º - A avaliação das atividades desenvolvidas em cada componente curricular será feita de acordo com o plano de ensino do professor.	§1º - A avaliação das atividades desenvolvidas em cada componente curricular será feita de acordo com o plano de ensino do professor.	
§2º - O rendimento escolar do aluno será expresso de acordo com os seguintes conceitos:	§2º - O rendimento escolar do aluno será expresso de acordo com os seguintes conceitos:	
§3º - Serão considerados aprovados na componente curricular os alunos que, tiverem o rendimento escolar (A, B, C ou S) e o mínimo de frequência de 75% das aulas ministradas.	§3º - Serão considerados aprovados na componente curricular os alunos que, tiverem o rendimento escolar (A, B, C ou S) e o mínimo de frequência de 75% das aulas ministradas.	
Artigo 39 - A duração do Curso de Mestrado fica contida no limite mínimo de 12 meses e máximo de 24 meses, excluído o período de trancamento e licença maternidade ou paternidade.	Artigo 39 - A duração do Curso de Mestrado fica contida no limite mínimo de 12 meses e máximo de 24 meses, excluído o período de trancamento e licença maternidade ou paternidade.	



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos	Parágrafo único. Os prazos estabelecidos
no caput deste artigo podem ser prorrogados	no <i>caput</i> deste artigo podem ser prorrogados
conforme regulamentação específica do	conforme regulamentação específica do
Programa, com base na regulamentação federal	Programa, com base na regulamentação federal
vigente.	vigente.
GAPÍTIVA O VIV	GAPÍWY O W
CAPÍTULO IX	CAPÍTULO IX
DA ORIENTAÇÃO	DA ORIENTAÇÃO
Artigo 40 - Para indicação do orientador, o candidato deverá sugerir três nomes de docentes.	
que tenhanneitosido vaglotas fautivalentes	Conceitos Notas Equivalentes
processo selectedente 10,0-9,0	A – Excelente 10,0 – 9,0
B – Bom 8,9 – 1,5	B – Bom 8,9 – 7,5
C – Regular 7,4 – 6,0	C – Regular 7,4 – 6,0
S – Suficiente Conforme cada caso,	S – Suficiente Conforme cada caso,
analisado pelo	analisado pelo
professor da	professor da
componente curricular	componente
ministrada.	curricular ministrada.
R = Inferior a 6,0	R – Reprovado Inferior a 6,0
Reprovado	I – Incompleto
I – Incompleto	
J – Abandono	Artīgāband Para indicação do orientador, o candidato ustificado erir três nomes de docentes,
action of the second	WE OF
() () () () () () () () () ()	que tenham oferecido vaga(s) quando do
0.40 NT - TVV1 1 1 () , 1 C	processo seletivo
§ 1° - Na possibilidade de o orientando ficar	§ 1º - Na possibilidade de o orientando ficar
sem orientador, por um período maior do que 90	sem orientador, por um período maior do que 90
dias, por qualquer razão não sujeita ao processo	dias, por qualquer razão não sujeita ao processo
de desligamento, o CA do PROFCIAMB deverá,	de desligamento, o CA do PROFCIAMB deverá,
de forma imediata, substituir ou nomear um	de forma imediata, substituir ou nomear um
orientador.	orientador.
§ 2° - A qualquer tempo poderá ser	§ 2° - A qualquer tempo poderá ser
autorizada, pelo CA do PROFCIAMB, a	autorizada, pelo CA do PROFCIAMB, a
transferência de orientando para outro	transferência de orientando para outro
orientador, por solicitação dos orientadores	orientador, por solicitação dos orientadores
envolvidos, sempre que haja anuência expressa	envolvidos, sempre que haja anuência expressa
do orientador e com pleno conhecimento do	do orientador e com pleno conhecimento do
orientando.	orientando.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

§ 3° - As transferências de orientação serão formalizadas em documento a ser juntado ao processo do aluno.	§ 3º - As transferências de orientação serão formalizadas em documento a ser juntado ao processo do aluno.
Artigo 41 - Cada discente terá, necessariamente, um orientador, membro do corpo docente do PROFCIAMB, indicado pelo CA, que estabelecerá e acompanhará o desenvolvimento do Plano de Atividades de estudos do discente.	Artigo 41 - Cada discente terá, necessariamente, um orientador, membro do corpo docente do PROFCIAMB, indicado pelo CA, que estabelecerá e acompanhará o desenvolvimento do Plano de Atividades de estudos do discente.
Artigo 42 - O número de orientandos por orientador é estabelecido pelos critérios da área de Ciências Ambientais da CAPES, respeitados os critérios da Instituição.	Artigo 42 - O número de orientandos por orientador é estabelecido pelos critérios da Área de Concentração em Ciências e Humanidades (\$1) da CAPES.
Artigo 43 - São atribuições do orientador: I. Elaborar, conjuntamente com o discente o seu programa de estudos e orientar na produção do conhecimento em todas as fases de sua formação;	Artigo 43 - São atribuições do orientador: I. Elaborar, conjuntamente com o discente o seu programa de estudos e orientar na produção do conhecimento em todas as fases de sua formação;
	3/2
II. Observar os preceitos éticos referentes à pesquisa no Brasil e os relativos a direitos autorais;	II. Observar os preceitos éticos referentes à pesquisa no Brasil e os relativos a direitos autorais;
III – Analisar e avalizar pedidos de trancamento e cancelamento de matrículas de disciplinas/atividades;	III – Analisar e avalizar pedidos de trancamento e cancelamento de matrículas de disciplinas/atividades;
IV - Sugerir ao CA da Instituição os nomes para integrar as bancas examinadoras de Qualificação e Defesa pública de Dissertação e Produto Técnico ou Educacional;	IV - Sugerir ao CA da Instituição os nomes para integrar as bancas examinadoras de Qualificação e Defesa pública de Dissertação e Produto Técnico ou Educacional;
V. Presidir as bancas do Exame de Qualificação e da Defesa pública da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional;	V. Presidir as bancas do Exame de Qualificação e da Defesa pública da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional;



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

VI. Encaminhar ao CA do PROFCIAMB - UEM, juntamente com o discente, exemplares do material produzido de acordo com a formatação determinada pelo Regulamento do Curso, prévia e posteriormente à defesa, em conformidade com as normas estabelecidas pela UEM.	VI. Encaminhar ao CA do PROFCIAMB - UEM, juntamente com o discente, exemplares do material produzido de acordo com a formatação determinada pelo Regulamento do Curso, prévia e posteriormente à defesa, em conformidade com as normas estabelecidas pela UEM.
Artigo 44 - São atribuições dos Orientadores Permanentes/Plenos, avaliadas processualmente:	Artigo 44 - São atribuições dos Orientadores Permanentes/Plenos, avaliadas processualmente:
I. Ministrar aulas teóricas e/ou práticas;	I. Ministrar aulas teóricas e/ou práticas;
II. Participar de Comissões;	II. Participar de Comissões;
III. Orientar discentes;	III. Orientar discentes;
IV. Participar de projetos integrados de pesquisa com as diferentes Instituições associadas;	IV. Participar de projetos integrados de pesquisa com as diferentes Instituições associadas;
V. Participar de reuniões do CA do Programa.	V. Participar de reuniões do CA do Programa.
	Parágrafo Único: Podem ser aceitos como coorientadores professores ou pesquisadores, com título de doutor, vinculados ou não ao PROFCIAMB, com aprovação do CA, mediante solicitação encaminhada pelo orientador. Não serão aceitos pedidos encaminhados com data
	inferior a seis meses do prazo máximo para a defesa da dissertação e do Produto Técnico ou Educacional.
CAPÍTULO X	CAPÍTULO X
DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO	DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Artigo 45 - Somente poderão submeter-se ao Exame de Qualificação os alunos que tenham integralizados todos os créditos em disciplinas exigidos pelo PROFCIAMB da Instituição.	Artigo 45 - Somente poderão submeter-se ao Exame de Qualificação os alunos que tenham integralizados todos os créditos em disciplinas exigidos pelo PROFCIAMB da Instituição.
Artigo 46 - O Exame de Qualificação deverá ser realizado em prazo máximo de 15 (quinze) meses, a contar da data da primeira matrícula, após a solicitação do mestrando e autorização do CA do PROFCIAMB - UEM.	Artigo 46 - O Exame de Qualificação deverá ser realizado em prazo máximo de 15 (quinze) meses, a contar da data da primeira matrícula, após a solicitação do mestrando e autorização do CA do PROFCIAMB - UEM.
Parágrafo único Não cabe o pedido de prorrogação do Exame de Qualificação, além do prazo estabelecido no artigo 46.	Parágrafo único – Não cabe o pedido de prorrogação do Exame de Qualificação, além do prazo estabelecido no artigo 46. Deverá ser solicitado o trancamento de matrícula do discente que não realizar o Exame de Qualificação no prazo estipulado. O prazo máximo para o trancamento é de até 365 dias.
Artigo 47 - O aluno regular, candidato ao grau de Mestre, deverá se submeter a um Exame de Qualificação, que tem como objetivo avaliar a viabilidade da proposta de Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional, o embasamento teórico e o domínio da literatura pesquisada pelo aluno, além da sua capacidade de explanação e argumentação acerca do tema selecionado, de acordo com as seguintes normas:	Artigo 47 - O aluno regular, candidato ao grau de Mestre, deverá se submeter a um Exame de Qualificação, que tem como objetivo avaliar a viabilidade da proposta de Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional, o embasamento teórico e o domínio da literatura pesquisada pelo aluno, além da sua capacidade de explanação e argumentação acerca do tema selecionado, de acordo com as seguintes normas:
I. O Exame de Qualificação do PROFCIAMB consiste na apresentação perante a banca examinadora do projeto a ser desenvolvido;	banca examinadora do projeto a ser desenvolvido;
II. O Exame de Qualificação deverá ser realizado em no máximo 37 (trinta e sete) dias após o pedido de agendamento;	II. O Exame de Qualificação deverá ser realizado em no máximo 30 (trinta) dias após o pedido de agendamento, respeitando o Artigo 46;



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

III. A composição da Banca do Exame de	III. A composição da Banca do Exame de
Qualificação deverá ser formada por 03 (três)	Qualificação deverá ser formada por 03 (três)
membros doutores, sendo pelo menos um deles	membros doutores, sendo pelo menos um deles
externo a Instituição;	externo à Instituição;
IV. Preferencialmente, um dos	IV. Preferencialmente, um dos
componentes da banca do Exame de Qualificação	componentes da banca do Exame de Qualificação
poderá participar por videoconferência;	poderá participar por videoconferência;
Pourtui put transcriutius,	pourum puratorpur por visuosonitoronion,
V. O texto deverá conter uma introdução.	V. O texto deverá conter introdução,
objetivos, fundamentação teórica, metodologia e	objetivos, fundamentação teórica, metodologia e
resultados parciais, cronograma de execução,	resultados parciais, incluindo o protótipo do
referências, em idioma português;	Produto Técnico ou Educacional, cronograma de
TITHE -	execução, referências, em idioma português;
VI. O aluno regular terá entre 30 a 40	VI. O aluno regular terá entre 30 a 40
minutos para apresentação oral no Exame de	minutos para apresentação oral no Exame de
Qualificação e cada membro da banca terá o	Qualificação e cada membro da banca terá o
mesmo tempo para realizar as arguições,	mesmo tempo para realizar as arguições,
conforme definido e aprovado pelo CA;	conforme definido e aprovado pelo CA;
VII. Findada a defesa do Exame de	VII. Findada a defesa do Exame de
Qualificação, o(a) Presidente da banca deverá	Qualificação, o(a) Presidente da banca deverá
entregar à Coordenação do PROFCIAMB a Ata	entregar à Coordenação do PROFCIAMB a Ata
de Exame de Qualificação devidamente assinada	de Exame de Qualificação devidamente assinada
pelos membros da banca;	pelos membros da banca;
723	1 262
VIII. O Exame de Qualificação tem como	VIII. O Exame de Qualificação tem como
conceito Aprovado ou Reprovado, que será	conceito Aprovado ou Reprovado, que será
atribuído por cada um dos membros da banca	atribuído por cada um dos membros da banca
examinadora e o resultado estabelecido por	examinadora e o resultado estabelecido por
maioria simples;	maioria simples;
IX. Somente o aluno regularmente	IX. Somente o aluno regularmente
aprovado no Exame de Qualificação, poderá	aprovado no Exame de Qualificação, poderá
submeter-se à Defesa pública da Dissertação e do	submeter-se à Defesa pública da Dissertação e do
Produto Técnico ou Educacional;	Produto Técnico ou Educacional;
222300000000000000000000000000000000000	,



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 36

X. Caso o aluno regular tenha sido reprovado no Exame de Qualificação, este deverá submeter-se ao novo processo de avaliação, no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da 1ª (primeira) defesa. O novo Exame de Qualificação deverá ser realizado em, no máximo, 30 (trinta) dias após a inscrição realizada.

X. Caso o aluno regular tenha sido reprovado no Exame de Qualificação, este deverá submeter-se ao novo processo de avaliação, no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da 1ª (primeira) defesa. O novo Exame de Qualificação deverá ser realizado em, no máximo, 30 (trinta) dias após a inscrição realizada.

CAPÍTULO XI

DA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Artigo 48 - A Dissertação de Mestrado Profissional e o Produto Técnico ou Educacional devem resultar de um trabalho de pesquisa no campo do Ensino das Ciências Ambientais e serão objeto de análise e aprovação pela banca examinadora da Defesa da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional.

Parágrafo único — O Produto Técnico ou Educacional é um objeto de aprendizagem (por exemplo: pequeno livro, sequência didática, software, jogo educativo, manual, guia orientativo, maquete, etc.) construído com base em trabalho de pesquisa científica que visa disponibilizar contribuições para a prática profissional do professor da educação básica, que atua na rede pública ou privada e/ou em espaços não formais e/ou não escolares.

CAPÍTULO XI

DA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Artigo 48 - A Dissertação de Mestrado Profissional e o Produto Técnico ou Educacional devem resultar de um trabalho de pesquisa no campo do Ensino das Ciências Ambientais e serão objeto de análise e aprovação pela banca examinadora da Defesa da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional.

Parágrafo único - O Produto Técnico ou Educacional é um objeto de aprendizagem (por exemplo: pequeno livro, sequência didática, software, jogo educativo, manual, guia orientativo, maquete, etc.) construído com base em trabalho de pesquisa científica que visa disponibilizar contribuições para a prática profissional do professor da educação básica, que atua na rede pública ou privada e/ou em espaços não-formais e/ou não-escolares. Após a defesa, Produto Técnico ou Educacional deverá ser registrado em um repositório educacional digital ou biblioteca digital aberta (EduCAPES, OER Commons).



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 37

Artigo 49 - A aprovação da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional do PROFCIAMB é obrigatória para a obtenção do título de Mestre. Assim, o julgamento da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional compreenderá a avaliação escrita do exemplar apresentado e a sessão de defesa pública.

Artigo 49 - A aprovação da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional do PROFCIAMB é obrigatória para a obtenção do título de Mestre. Assim, o julgamento da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional compreenderá a avaliação escrita do exemplar apresentado e a sessão de defesa pública.

Artigo 50 - A avaliação escrita deverá ser realizada por todos os membros da comissão julgadora, obedecendo os seguintes critérios de composição: a avaliação escrita deve ser realizada por, no mínimo, três membros da comissão julgadora, sendo preferencialmente dois externos ao Programa, dos quais pelo menos um externo à Instituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir de sua designação, de acordo

Artigo 50 - A avaliação escrita deverá ser realizada por todos os membros da comissão julgadora, obedecendo os seguintes critérios de composição: a avaliação escrita deve ser realizada por, no mínimo, três membros da comissão julgadora, sendo preferencialmente dois externos ao Programa, dos quais pelo menos um externo à Instituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir de sua designação, de acordo

com os procedimentos e prazos estabelecidos no Regulamento do PROFCIAMB da Instituição. com os procedimentos e prazos estabelecidos no Regulamento do PROFCIAMB da Instituição.

- § 1º Um dos pareceres poderá ser emitido pelo orientador, indicando se a Dissertação e o Produto Técnico ou Educacional estão aptos à Defesa pública, respeitadas as limitações do *caput* deste artigo.
- § 1° Um dos pareceres poderá ser emitido pelo orientador, indicando se a Dissertação e o Produto Técnico ou Educacional estão aptos à Defesa pública, respeitadas as limitações do caput deste artigo.
- § 2º Os pareceres deverão ser circunstanciados com análise de mérito e, se pertinente, sugestão de correções, conforme parecer em Anexo I.
- § 2º Os pareceres deverão ser circunstanciados com análise de mérito e, se pertinente, sugestão de correções, conforme parecer em Anexo I.
- § 3º Os membros participantes da banca examinadora de Defesa de Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional poderão entregar os seus pareceres até, no máximo, data da defesa pública.
- § 3º Os membros participantes da banca examinadora de Defesa de Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional poderão entregar os seus pareceres até, no máximo, data da defesa pública.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Artigo 51 - O agendamento da defesa

F1s. 38

Artigo 51 - O agendamento da defesa

pública do aluno regular será solicitado, com a anuência do orientador, via requerimento à	pública do aluno regular será solicitado, com a anuência do orientador, via requerimento à
-	
secretaria ou para o e-mail da secretaria do	secretaria ou para o e-mail da secretaria do
PROFCIAMB para análise e deliberação do CA.	PROFCIAMB para análise e deliberação do CA.
§1º - O requerimento da defesa pública da	§1º - O requerimento da defesa pública da
Dissertação e do Produto Técnico ou	Dissertação e do Produto Técnico ou
Educacional deve estar acompanhado do texto	Educacional deve estar acompanhado do texto
produzido em arquivos doex e pdf e indicados os	produzido em arquivos docx e pdf e indicados os
membros para compor a banca examinadora	membros para compor a banca examinadora
titular e suplente, local, data e horário previsto	titular e suplente, local, data e horário previsto
para a defesa pública. Também, deverão ser	para a defesa pública. Também, deverão ser
indicados a Linha de Pesquisa e o Tema	indicados a Linha de Pesquisa e o Tema
Estruturante em que se enquadra a sua pesquisa.	Estruturante em que se enquadra a sua pesquisa.
§2º - O texto da Dissertação deverá ser	§2º - O texto da Dissertação deverá ser
redigido em português, com resumo em	redigido em português, com resumo em
português, inglês ou espanhol, seguido por três a	português, inglês ou espanhol, seguido por três a
cinco palavras-chave.	cinco palavras-chave.
220 0 1 7/	220 0 3 3 3 3 4 7 7
§3º - O texto do Produto Técnico ou	§3º - O texto do Produto Técnico ou
Educacional deverá ser redigido em português,	Educacional deverá ser redigido em português,
acompanhado também do título em inglês.	acompanhado também do título em inglês.
940 A C 1 1 4	C40 A C 1 1 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4
§4º - Ao final do texto escrito em	§4° - Ao final do texto escrito em
português, na dissertação, deverá ser inserido um	português, na dissertação, deverá ser inserido um
Section 1	131 / 82
apêndice, no qual deverá ser anexado o produto	apêndice, no qual deverá ser anexado o produto
técnico ou educacional.	técnico ou educacional.
technes ou educational.	Technology and additional and a second
§5º - A defesa pública será realizada em	§5° - A defesa pública será realizada em
local, dia e horário homologados pelo CA do	local, dia e horário homologados pelo CA do
PROFCIAMB - UEM.	PROFCIAMB - UEM.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

§6° - O aluno regular terá entre 30 a 40	§6° - O aluno regular terá entre 30 a 40
minutos para apresentação oral na Defesa da	minutos para apresentação oral na Defesa da
Dissertação e do Produto Técnico ou	Dissertação e do Produto Técnico ou
Educacional, e cada membro da banca	Educacional, e cada membro da banca
examinadora terá o mesmo tempo para realizar	examinadora terá o mesmo tempo para realizar
as arguições, conforme definido e aprovado pelo	as arguições, conforme definido e aprovado pelo
CA do PROFCIAMB.	CA do PROFCIAMB.
§7º - Arquivos docx e pdf da Dissertação e	§7º - Arquivos docx e pdf da Dissertação e
do Produto Educacional serão encaminhados	do Produto Educacional serão encaminhados
pelo orientador ou pelo mestrando, a cada	pelo orientador ou pelo mestrando, a cada
membro da banca examinadora, com prazo	membro da banca examinadora, com prazo
mínimo de 30 (trinta) dias antes da data prevista	
para a defesa pública.	para a defesa pública.
Artigo 52 - A composição da Comissão	Artigo 52 - A composição da Comissão
Julgadora da Defesa de Dissertação e do Produto	Julgadora da Defesa de Dissertação e do Produto
Técnico ou Educacional deverá ser formada por	Técnico ou Educacional deverá ser formada por
03 (três) membros doutores, sendo um destes	03 (três) membros doutores, sendo um destes
o(a) orientador(a) do candidato(a). Os demais	o(a) orientador(a) do candidato(a). Os demais
examinadores deverão ser, preferencialmente,	examinadores deverão ser, preferencialmente,
externos ao PROFCIAMB- UEM sendo, pelo	externos ao PROFCIAMB- UEM sendo, pelo
menos, um externo à Instituição: conforme	menos, um externo à Instituição: conforme
segue:	segue:
I. Um dos componentes da banca da Defesa	I. Um dos componentes da banca da Defesa
de Dissertação e do Produto Técnico ou	de Dissertação e do Produto Técnico ou
Educacional poderá participar por	Educacional poderá participar por
videoconferência. Casos omissos serão avaliados	videoconferência. Casos omissos serão avaliados
pelo CA, de acordo com as normativas da UEM;	pelo CA, de acordo com as normativas da UEM;
II. Deverão ser indicados, necessariamente,	II. Deverão ser indicados, necessariamente,
dois suplentes para a Banca Examinadora, sendo	dois suplentes para a Banca Examinadora, sendo
pelo menos 1(um) externo à Instituição;	pelo menos 1(um) externo à Instituição;
III. Os membros da banca examinadora	III. Os membros da banca examinadora
entre si e com o pós-graduando não podem	entre si e com o pós-graduando não podem
apresentar relação de parentesco.	apresentar relação de parentesco.
, ,	, ,



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 40

§1º é vedada a participação na banca examinadora de parentes do pós-graduando, do presidente e dos demais membros nas seguintes hipóteses:	§1º é vedada a participação na banca examinadora de parentes do pós-graduando, do presidente e dos demais membros nas seguintes hipóteses:
a) parentes em linha reta, por consanguinidade, em qualquer grau;	a) parentes em linha reta, por consanguinidade, em qualquer grau;
b) parentes em linha colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau;	b) parentes em linha colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau;
c) parentes em linha reta ou em linha colateral, por afinidade, até o terceiro grau (Artigo 1.595, § 1°, do Código Civil).	e) parentes em linha reta ou em linha colateral, por afinidade, até o terceiro grau (Artigo 1,595, § 1°, do Código Civil).
§2º - é vedada, ainda a participação na banca examinadora daqueles que se enquadrem nas seguintes situações de impedimento com o pós-graduando:	§2º - é vedada, ainda a participação na banca examinadora daqueles que se enquadrem nas seguintes situações de impedimento com o pós-graduando:
a) cônjuge ou companheiro;	a) cônjuge ou companheiro;
b) ex-cônjuge ou ex-companheiro;	b) ex-cônjuge ou ex-companheiro;
c) esteja litigando ou tenha litigado judicialmente ou administrativamente com o pósgraduação ou com seu respectivo cônjuge ou companheiro.	c) esteja litigando ou tenha litigado judicialmente ou administrativamente com o pósgraduação ou com seu respectivo cônjuge ou companheiro.
§3º - Seguem os mesmos critérios do artigo 52º para a escolha da banca examinadora do Exame de Qualificação.	§3º - Seguem os mesmos critérios do artigo 52º para a escolha da banca examinadora do Exame de Qualificação.
Artigo 53 - Encerrada a apresentação e o processo avaliativo, a banca examinadora, em sessão privada, deliberará sobre aprovação ou não do aluno regular. A Defesa da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional tem como resultado Aprovado ou Reprovado, que será atribuído por cada um dos membros da banca, o resultado estabelecido por maioria simples.	Artigo 53 - Encerrada a apresentação e o processo avaliativo, a banca examinadora, em sessão privada, deliberará sobre aprovação ou não do aluno regular. A Defesa da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional tem como resultado Aprovado ou Reprovado, que será atribuído por cada um dos membros da banca, o resultado estabelecido por maioria simples.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

§1º - Findada a Defesa da Dissertação e do

Fls. 41

§1º - Findada a Defesa da Dissertação e do

Produto Técnico ou Educacional, o(a) Presidente da banca deverá entregar à Coordenação do Curso a Ata de Defesa da Dissertação e Produto	Produto Técnico ou Educacional, o(a) Presidente da banca deverá entregar à Coordenação do Curso a Ata de Defesa da Dissertação e Produto
Técnico ou Educacional, devidamente assinada pelos membros da banca.	Técnico ou Educacional, devidamente assinada pelos membros da banca.
Artigo 54 - O aluno regular encaminhará ao CA do PROFCIAMB a versão final da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional em, no máximo, 30 dias contados a partir da data da defesa, com o parecer do orientador quanto ao atendimento às correções sugeridas pela banca examinadora. Artigo 55 - Os requisitos para a obtenção do diploma de Mestre em Ensino das Ciências Ambientais são: I. Ter sido aprovado no exame de suficiência em língua estrangeira, conforme especificado no regulamento do programa;	Artigo 54 - O aluno regular encaminhará ao CA do PROFCIAMB a versão final da Dissertação e do Produto Técnico ou Educacional em, no máximo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da defesa, com o parecer do orientador quanto ao atendimento às correções sugeridas pela banca examinadora e demais normas disponíveis na página do PROFCIAMB. Artigo 55 - Os requisitos para a obtenção do diploma de Mestre em Ensino das Ciências Ambientais são: I. Ter sido aprovado no exame de suficiência em língua estrangeira, conforme especificado no regulamento do programa. Os discentes terão o prazo de até um ano, após a efetivação da primeira matrícula na condição de aluno regular, para apresentar um certificado de proficiência (idioma inglês ou espanhol). Os testes aceitos, bem como a pontuação mínima, seguem os critérios da pós-graduação da UEM. O mesmo procedimento aplica-se aos discentes estrangeiros, que deverão apresentar também exame de proficiência em língua portuguesa.
II. Ter sido aprovado no Exame de Qualificação;	II. Ter sido aprovado no Exame de Qualificação;
III. Ter sido aprovado em defesa pública de Dissertação e Produto Técnico ou Educacional;	III. Ter sido aprovado em defesa pública de Dissertação e Produto Técnico ou Educacional;



Universidade Estadual de Maringá Centro de Ciências Exatas

Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 42

IV. Ter cumprido as atividades obrigatórias;	IV. Ter cumprido as atividades obrigatórias;
V. Entregar, em até 30 dias após a realização da defesa pública, a cópia definitiva da dissertação e do Produto Técnico ou Educacional, conforme exigido pelo PROFCIAMB;	V. Entregar, em até 60 (sessenta) dias após a realização da defesa pública, a cópia definitiva da dissertação e do Produto Técnico ou Educacional, conforme exigido pelo PROFCIAMB;
	25
	VI. Entregar comprovante de submissão, aceite, publicação ou registro de, pelo menos, um produto resultante da pesquisa de mestrado, com aval do orientador, no prazo de 60 dias após a data da defesa.
Artigo 56 - A expedição do diploma ficará condicionada às normas específicas da Instituição. CAPÍTULO XII	Artigo 56 - A expedição do diploma ficará condicionada às normas específicas da Instituição. CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
Artigo 57 - Os alunos regularmente matriculados poderão solicitar ao CA do PROFCIAMB o trancamento de matrícula por motivos relevantes e justificados, por um prazo máximo de 365 dias, consecutivos ou não, em conformidade com as normas da UEM.	Artigo 57 - Os alunos regularmente matriculados poderão solicitar ao CA do PROFCIAMB o trancamento de matrícula por motivos relevantes e justificados, por um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos ou não, em conformidade com as normas da UEM.
§1º - O pedido de trancamento deverá ser acompanhado da anuência do orientador e da reformulação do Plano de Atividades do aluno regular.	§1º - O pedido de trancamento deverá ser acompanhado da anuência do orientador e da reformulação do Plano de Atividades do aluno regular.
§2º - A autorização do trancamento pleiteado pelo aluno regular está condicionada à aprovação pelo CA do PROFCIAMB.	§2º - A autorização do trancamento pleiteado pelo aluno regular está condicionada à aprovação pelo CA do PROFCIAMB.



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Artigo 58 - Em quaisquer das situações

listadas a seguir, o aluno regular será desligado

do Curso pelo CA do PROFCIAMB:

Fls. 43

Artigo 58 - Em quaisquer das situações

listadas a seguir, o aluno regular será desligado

do Curso pelo CA do PROFCIAMB:

1	1
I. Reprovação em 02 (duas)	I. Reprovação em 02 (duas)
disciplinas/atividades distintas ou numa mesma	disciplinas/atividades distintas ou numa mesma
disciplina no decorrer do Curso;	disciplina no decorrer do Curso;
II. Não apresentação do certificado de	II. Não apresentação do certificado de
proficiência em língua estrangeira no prazo	proficiência em língua estrangeira no prazo
estabelecido;	máximo de até 12 meses a contar da primeira
	matricula no curso;
III. Reprovação por 02 (duas) vezes no	III. Reprovação por 02 (duas) vezes no
Exame de Qualificação;	Exame de Qualificação;
Exame de Quamicação,	Exame de Quamicação,
	S SYC
IV. Desistência caracterizada pelo não	IV. Desistência caracterizada pelo não
cumprimento da matrícula semestral, nas datas	cumprimento da matrícula semestral, nas datas
definidas pelo calendário da UEM;	definidas pelo calendário da UEM;
V. Reprovação na defesa pública da	V. Reprovação na defesa pública da
Dissertação e do Produto Técnico ou	Dissertação e do Produto Técnico ou
Educacional.	Educacional.
Artigo 59 - O PROFCIAMB - UEM deverá	Artigo 59 - O PROFCIAMB - UEM deverá
ser concluído no prazo mínimo de 12 (doze)	ser concluído no prazo mínimo de 12 (doze)
meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses.	meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses.
	11 185
§ 1º - O pedido de prorrogação de prazo	§ 1º - O pedido de prorrogação de prazo
para conclusão deverá ser encaminhado ao CA -	para conclusão deverá ser encaminhado ao CA
do PROFCIAMB, que analisará a solicitação tão	do PROFCIAMB, que analisará a solicitação tão
somente à luz dos casos previstos em lei.	somente à luz dos casos previstos em lei.
§ 2º - Na solicitação de prorrogação, o	§ 2º - Na solicitação de prorrogação, o
aluno regularmente matriculado deverá	aluno regularmente matriculado deverá
apresentar justificativa pelo não cumprimento do	apresentar justificativa pelo não cumprimento do
prazo e proposta de cronograma para conclusão	prazo e proposta de cronograma para conclusão
do curso, acrescentando o material até então	do curso, acrescentando o material até então
produzido.	produzido.
	1



Resolução nº 100/2025-CI/CCE

Fls. 44

§ 3° - O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado de acordo com este regulamento e em consonância com as normativas da instituição.

§ 3° - O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado de acordo com este regulamento e em consonância com as normativas da instituição.

Artigo 60 - Eventuais divergências de entendimento ou interpretação do disposto neste regimento, bem como os casos omissos, serão resolvidos pelo CA do PROFCIAMB, considerando parecer da Assessoria Jurídica da Instituição.

Artigo 60 - Eventuais divergências de entendimento ou interpretação do disposto neste regimento, bem como os casos omissos, serão resolvidos pelo CA do PROFCIAMB, considerando parecer da Assessoria Jurídica da Instituição.

Artigo 61 - O presente Regimento, após a sua aprovação pelo CA do PROFCIAMB, entrará sua aprovação pelo CA do PROFCIAMB, entrará em vigor e terá validade a partir de sua aprovação em vigor e terá validade a partir de sua aprovação pelos órgãos colegiados competentes da UEM.

Artigo 61 - O presente Regimento, após a pelos órgãos colegiados competentes da UEM.

